

RESUMO DE NOTÍCIAS

Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações do Estado de São Paulo

www.sintetel.org/ sintetel@sintetel.org.br

19/11/13



Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos

DILMA NÃO CONVERSA COM OS TRABALHADORES

O metalúrgico Miguel Torres tomou posse na presidência da Força Sindical há três semanas, em substituição ao deputado federal Paulo Pereira da Silva, o Paulinho (SDD-SP). Em entrevista ao DIÁRIO, ele disse que sua missão no novo cargo é manter a central empenhada nos temas que une as organizações sindicais, como a luta contra o fator previdenciário, a correção da tabela do Imposto de Renda e a garantia de direitos trabalhistas na regulamentação da terceirização. Ele também admite o distanciamento da Força em relação ao governo da presidente Dilma Rousseff (PT).

ESQUECIMENTO

"O mais decepcionante é que o movimento sindical apoiou Dilma e ela se comprometeu.

Disse que acabaria com o fator previdenciário, mas se esqueceu disso após a posse"

DIÁRIO_ A saída do deputado Paulinho do PDT, deixando a base aliada de Dilma, e depois a sua posse na presidência da Força afastaram a central do governo. O que aconteceu?

MIGUEL TORRES_ Este é um momento de mudança. Nós das centrais sindicais nos unimos durante o governo Lula, passando por cima de divergências e nos concentrando em temas comuns. Fizemos as marchas pela valorização do salário mínimo e outras manifestações em conjunto. O governo Lula conversava com as centrais sindicais, mesmo que fosse para dizer "não" aos nossos pedidos. O que temos agora é um governo que não conversa com os trabalhadores, toma decisões a partir de suas conveniências.

Disponível para assinante em:

http://www.cntm.org.br/portal/materia.asp?id_CON=11852

RESUMO DE NOTÍCIAS

Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações do Estado de São Paulo

www.sintetel.org/ sintetel@sintetel.org.br

19/11/13



Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos

26 DE NOVEMBRO: DIA DE PROTESTO EM BRASÍLIA PELA PAUTA TRABALHISTA

A Força Sindical, suas entidades filiadas (entre elas a CNTM), e as demais centrais sindicais programaram novas manifestações em todo o País neste mês de novembro para reforçar as reivindicações da pauta trabalhista e defender os direitos da classe trabalhadora brasileira.

No próximo dia 26 de novembro, terça-feira, acontecerá um ato em Brasília, em frente ao Banco Central, contra os juros altos e por uma série de outras reivindicações: fim do Fator Previdenciário, fim das terceirizações, correção da tabela do Imposto de Renda, desenvolvimento com distribuição de renda, trabalho decente, geração de emprego, redução da jornada, investimentos em educação e saúde, manutenção dos direitos, justiça social e cidadania.

Para saber mais acesse em:
http://www.cntm.org.br/portal/materia.asp?id_CON=11831

RESUMO DE NOTÍCIAS

Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações do Estado de São Paulo

www.sintetel.org/ sintetel@sintetel.org.br

19/11/13



Sindaport

MULHER PERDE ATÉ 40% DA RENDA COM FATOR PREVIDENCIÁRIO

O fator previdenciário é a fórmula aplicada na hora do cálculo da aposentadoria por tempo de contribuição. Ele considera a idade, expectativa de vida e o tempo pelo qual o segurado pagou o INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) – até o momento em que deu entrada no benefício. O fator, que achata o valor das aposentadorias em torno de 30%, é ainda mais prejudicial para as mulheres. De acordo com especialistas, elas podem perder até 40% do valor mensal, enquanto os homens recebem, em média, 28% a menos.

Isso acontece pelo fato de que o tempo de contribuição para a mulher é de 30 anos, cinco a menos do que para os homens, o que impacta diretamente no fator, conforme explica o advogado previdenciário Thiago Luchin, do escritório Aith, Badari e Luchin Sociedade de Advogados.

“Como a idade e o tempo mínimo para a mulher se aposentar são menores, consequentemente o fator previdenciário terá um coeficiente menor, o que multiplicado pela média dos salários irá prejudicar a trabalhadora.”

Segundo a presidente do IBDP (Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário), Jane Berwanger, o fato de a mulher se aposentar cinco anos mais cedo foi criado para haver igualdade no benefício. “A Constituição prevê que elas têm que se aposentar com cinco anos a menos, então, por exemplo, um homem que pede o benefício com 55 anos de idade e 35 de contribuição deveria dar o mesmo fator que para a mulher com 50 anos de idade e 30 de contribuição. Mas isso não acontece. O homem, nessas condições, tem fator de 0,72, enquanto a mulher, de 0,59. Isso não poderia ocorrer”, declarou.

Para se ter ideia de quanto o sexo feminino perde na aposentadoria, Luchin simulou a situação de uma mulher com 34 anos de contribuição e 55 anos de idade. Sua média de salários é de R\$ 2.228,73, porém, multiplicado pelo fator de 0,8265, resultará em benefício de R\$ 1.842,04.

Para saber mais acesse:

<http://www.sindaport.com.br/noticia-interna.php?id=6058>

RESUMO DE NOTÍCIAS

Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações do Estado de São Paulo

www.sintetel.org/ sintetel@sintetel.org.br

19/11/13



Mundo do Trabalho e Previdenciário

LEI ADMITE SAQUE DO FGTS E DO PIS-PASP EM ÚNICA PARCELA



A Lei Complementar 110/01 admite o saque do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), em única parcela, aos pacientes com câncer, independentemente do tipo e da gravidade. O mesmo vale para o saque do PIS/Pasep. Em 2002, o direito aplicado à

neoplasia maligna foi estendido pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) a pacientes com Aids, no julgamento do REsp 387.846. Naquele julgamento, o relator, ministro Humberto Gomes de Barros, reafirmou que, sendo o doente de câncer ou Aids dependente, os pais trabalhadores podem sacar o FGTS (artigo 20 , XI , da Lei 8.036/90).

O pedido deve ser feito em uma agência da Caixa Econômica. O chamado seguro prestamista serve para o pagamento de saldo devedor de financiamentos adquiridos pelo segurado, em caso de morte ou invalidez. O STJ decidiu que a seguradora não pode se eximir do dever de pagamento da cobertura securitária, sob a alegação de omissão de informações por parte do segurado, se dele não exigiu exames médicos prévios à contratação do seguro.

A tese está exposta no acórdão do REsp 1.230.233, analisado em 2011. No caso, a seguradora foi obrigada a quitar o contrato de financiamento habitacional contratado por uma paciente com câncer de mama.

Para saber mais acesse em:
<http://mundodotrabalhoeprevidenciario.blogspot.com.br/2013/11/lei-admite-saque-do-fgts-e-do-pis-pasp.html>

RESUMO DE NOTÍCIAS

Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações do Estado de São Paulo

www.sintetel.org/ sintetel@sintetel.org.br

19/11/13



Mundo do Trabalho e Previdenciário

CENTRAIS PEDEM 17% DE REAJUSTE DO PISO DE SP. VALOR MÁXIMO CHEGA A R\$ 912,81

As centrais sindicais vão reivindicar uma aumento de 17,78% para o piso regional no estado de São Paulo. A decisão foi tomada durante reunião dos representantes paulistas da Força Sindical, CUT (Central Única dos Trabalhadores) e UGT (União Geral dos Trabalhadores), entre outras organizações, e será levada ao governador Geraldo Alckmin (PSDB) até o final do mês.

O índice é mais do que o dobro dos 7,14% oferecidos pelo governo do Estado. A fórmula elaborada pelas centrais e pelo Dieese para o novo reajuste leva em conta a inflação medida pelo INPC e a evolução do PIB (Produto Interno Bruto) do Estado, além do custo da cesta básica na capital paulista. Com esse aumento, a primeira faixa do salário mínimo estadual passaria de R\$ 755 para R\$ 889,25.

O segundo grupo subiria de R\$ 765 para R\$ 901 e a terceira faixa de ganho seria elevada de R\$ 775 para R\$ 912,81. O piso salarial regional foi criado em 2007 no Estado e é voltado para trabalhadores da iniciativa privada que não têm valor definido por convenção ou acordo coletivo de trabalho.

As três faixas salariais abrigam 105 ocupações, como empregados domésticos, motoboys e ascensoristas no primeiro grupo. Em seguida, há operadores de máquinas na construção civil, pedreiros, garçons, chefes de serviço de transporte e agentes de vendas nas demais faixas.

Disponível para assinantes em:
<http://mundodotrabalhoeprevidenciario.blogspot.com.br/2013/11/centrais-pedem-17-de-reajuste-do-piso.html>

RESUMO DE NOTÍCIAS

Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações do Estado de São Paulo

www.sintetel.org/ sintetel@sintetel.org.br

19/11/13



Instituto Telecom

NOSSA OPINIÃO - MARCO LEGAL DA TELEFONIA: PROPOSTAS FAVORECEM AS OPERADORAS

Na semana passada, o Grupo de Trabalho da Telefonia da Câmara Federal aprovou uma nova proposta de marco legal para as telecomunicações. São três novos projetos de leis, que incluem questões importantes, como a proibição da cobrança de roaming nacional entre celulares da mesma operadora, e outras que redundarão em prejuízo para a sociedade. Uma delas é a possibilidade das operadoras não pagarem as multas, em troca de supostos investimentos na infraestrutura.

É positivo que a Câmara Federal se preocupe em analisar a legislação de um setor estratégico para o desenvolvimento econômico, político e social do país. Há pontos positivos nas propostas, como o que dá mais poderes à Anatel para que ela suspenda, de forma cautelar, a venda de novas linhas no caso de queda da qualidade dos serviços.

Mas há propostas que precisam ser melhor explicadas e outras que, se aprovadas, trarão enormes prejuízos à sociedade. No III Simpósio dos Direitos dos Consumidores nas Telecomunicações, realizado em outubro, no Rio Grande do Sul, representantes de entidades da sociedade civil aprovaram o fim da assinatura básica. Pois um dos projetos em discussão sugere a obrigação das teles de oferecer um plano de serviço sem a cobrança de valores fixos mensais. Só que da forma como está disposto, o projeto não estabelece nenhuma obrigação objetiva às operadoras. O que significa a não cobrança de valores fixos mensais? De qual percentual estamos falando em relação ao que é cobrado hoje dos usuários?

Há, também, a proposta que altera a lei do Fust, o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações.

Para saber mais acesse em:
http://www.institutotelecom.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5127%3Anossa-opiniao-marco-legal-da-telefonia-propostas-favorecem-as-operadoras&catid=1%3Alatest-news&lang=pt

RESUMO DE NOTÍCIAS

Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações do Estado de São Paulo

www.sintetel.org/ sintetel@sintetel.org.br

19/11/13



Valor Econômico

TELECOM ITALIA VENDE CONTROLE DA TELECOM ARGENTINA POR US\$ 960 MILHÕES

SÃO PAULO - A Telecom Italia fechou na noite de ontem um acordo para vender a sua subsidiária Telecom Argentina ao grupo de investimentos Fintech, do bilionário mexicano David Martinez. O valor do negócio é US\$ 960 milhões.

Segundo comunicado divulgado pela Telecom Italia, US\$ 859,5 milhões se referem a 68% das ações da Telecom Italia e Telecom Italia International na Sofora, holding que controla a Telecom Argentina; 1,58% das ações da operadora argentina em circulação, detidas por Tierra Argentea, e 8% das ações preferenciais, que também estavam sob posse da Tierra Argentea.

Os restantes US\$ 100,5 milhões serão pagos em acordos adicionais, envolvendo o suporte técnico da Telecom Italia para a Telecom Argentina e outros serviços por até três anos.

A venda faz parte dos esforços da Telecom Italia para levantar 4 bilhões de euros no curto prazo, na tentativa de aplacar a sua dívida de 28,2 bilhões de euros.

A Telecom Argentina tem operações de telefonia fixa e móvel no país, bem como serviços de telefonia móvel no Paraguai. A operação foi responsável por 14% da receita da Telecom Italia nos primeiros nove meses do ano, o equivalente a 2,86 bilhões de euros.

Disponível para assinantes em:
<http://www.valor.com.br/empresas/3339046/telecom-italia-vende-controle-da-telecom-argentina-por-us-960-milhoes>

RESUMO DE NOTÍCIAS

Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações do Estado de São Paulo

www.sintetel.org/ sintetel@sintetel.org.br

19/11/13



Força Sindical

SALÁRIO FEMININO É 2/3 DO QUE GANHA UM HOMEM NA AMÉRICA LATINA

As mulheres são as mais afetadas pelo desemprego, informalidade e pobreza na América Latina. É o que revela o relatório "Trabalho decente e igualdade de gênero: políticas para o acesso e a qualidade do emprego das mulheres na América Latina e Caribe" realizado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e diversas organizações para o desenvolvimento social.

O relatório apresentado durante a 18ª Conferência Interamericana de Ministros do Trabalho (CIMT) revela que a taxa de desemprego entre as mulheres é de 9,1%, 1,4 vezes maior que a dos homens. Ele também indica que as mulheres recebem salários mais baixos em todos os setores de trabalho. Na região existem cerca de 100 milhões de mulheres que trabalham e apesar de a taxa de emprego ter aumentado de 49,2% em 2000 para 52,6% em 2010, ainda é inferior à dos homens que corresponde a 79,6%. A ocupação feminina está concentrada principalmente em serviços e no comércio.

Elizabeth Tinoco, diretora do Escritório Regional da OIT para a América Latina, chamou a atenção dos governos para o tema: "É hora de colocar a igualdade de gênero como um objetivo geral e transversal de políticas sociais e econômicas", afirmou. Em sua avaliação, os avanços em igualdade nos últimos 30 anos foram importantes, mas insuficientes.

Os dados do relatório indicam que as mulheres têm menos probabilidades que os homens de conseguir emprego (60,7% versus 68,5%). Os dados referentes à renda revelam que apesar dos progressos nos últimos anos, as mulheres ganham o equivalente a 68% do que ganham os homens.

Disponível para assinante em:

http://www.fsindical.org.br/portal/noticia.php?id_con=28876